

Processo () Parte () Advogado ()

Número ?

Único

Antigo

Execução

CDA

0008962-43.2021.8.17.200

Consultar

▼ 1º GRAU - Eletrônico

()

0008962-43.2021.8.17.2001

Orgão Julgador

Seção B da 18ª Vara Cível da Capital

Classe CNJ

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Assunto(s) CNJ

Acidente de Trânsito.

Partes

Exibir todas

Exibindo 5

AUTOR

MATEUS DO NASCIMENTO

ADVOGADO(A)

STENIO ALVES CASSIMIRO

RÉU

SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

ADVOGADO(A)

RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO

ADVOGADO(A)

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR

Movimentações

Exibir apenas 5 últimas

Exibindo todas

24/11/2022 18:35

Expedição de .

07/11/2022 20:25

Arquivado Definitivamente

07/11/2022 20:25

Expedição de Certidão.

07/11/2022 20:25

Expedição de Certidão.

07/11/2022 20:24

Expedição de Certidão.

04/11/2022 19:04

Expedição de Certidão.

18/10/2022 15:50

Expedição de Alvará.

13/09/2022 14:11

Expedição de intimação.

12/09/2022 10:35

Juntada de Petição de petição

17/08/2022 13:25

Juntada de Petição de petição em pdf

16/08/2022 16:07

Expedição de intimação.

29/07/2022 18:29

Julgado improcedente o pedido

(Clique para expandir) ... de consequência, deve ter-se como correta a importância paga em sede administrativa. DO DISPOSITIVO Diante do exposto e considerando o mais que dos autos constam, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Condeno, ainda, a parte autora no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com base no art. 85, §8º do CPC, ficando, entretanto, suspensa a obrigação até que cesse a situação de hipossuficiência do autor, ocorrendo a prescrição em 05 (cinco) anos se até lá aquela situação não cessar. Considerando que a perícia restou prejudicada, expeça-se alvará em favor da demandada da quantia depositada. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com a observância das cautelas legais. P.R.I. Recife, 29 de Julho de 2022. ARNÓBIO AMORIM Juiz de Direito em exercício acumulativo

29/07/2022 16:53

Conclusos para julgamento

28/07/2022 16:16

Conclusos para o Gabinete

29/03/2022 09:13

Juntada de Petição de petição em pdf

05/03/2022 01:31

Decorrido prazo de MATEUS DO NASCIMENTO em 04/03/2022 23:59:59.

01/03/2022 15:31

Mandado devolvido entregue ao destinatário

01/03/2022 15:31

Juntada de Petição de diligência

08/02/2022 13:12

Juntada de Petição de petição

26/01/2022 07:53

Recebido o Mandado para Cumprimento

24/01/2022 17:19

Recebido o Mandado para Cumprimento

24/01/2022 17:19

Expedição de intimação.

24/01/2022 16:53

Expedição de intimação.

24/01/2022 16:26

Expedição de Certidão.

18/01/2022 07:23

Juntada de Petição de petição em pdf

17/01/2022 14:04

Expedição de Certidão.

17/01/2022 14:02

Expedição de intimação.

07/01/2022 11:59

Proferido despacho de mero expediente

(Clique para expandir) ... ii) Sendo parcial, se é completo ou incompleto? (iii) e informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, em conformidade com a alínea II, § 1º, do art. 3º, da Lei 6.194/74, correlacionando o percentual do seu respectivo dano, em cada segmento corporal, esclarecendo se a repercussão do dano é residual (10%), leve (25%), média (50%), ou intensa (75%)? Com a juntada aos autos do laudo pericial, INTIME-SE, por carta com AR, a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT para que, em conformidade com o compromisso firmado perante com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, consoante os termos da resposta ao Ofício nº 005/2015 –CGSRCAC, efetue, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da sua intimação, o pagamento dos honorários periciais, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), devendo acostar aos autos o comprovante respectivo. Na sequência, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se e cumpra-se, como devido. Recife, 06 de Janeiro de 2022. Juiz de Direito

10/11/2021 08:58

Conclusos para despacho

05/10/2021 13:01

Juntada de Petição de certidão

06/08/2021 07:18

Juntada de Petição de petição em pdf

15/04/2021 15:01

Juntada de Petição de contestação

25/02/2021 15:01

Expedição de citação.

25/02/2021 15:01

Expedição de intimação.

18/02/2021 19:09

Proferido despacho de mero expediente

(Clique para expandir) ... rocesso nº 0008962-43.2021.8.17.2001 DESPACHO R.H. Defiro o pedido de gratuidade da justiça. Diante do fato notório da pandemia da COVID-19, bem como das determinações exaradas por este Tribunal, por meio da Portaria Conjunta nº 06, de 20 de março de 2020, e do art. 14 do Ato nº 1027/2020, a designação de audiência conciliatória do art. 334 do CPC resta prejudicada.

Contudo, poderão as partes, a qualquer tempo, conciliarem e requerem a homologação judicial. Ressalto que a audiência de conciliação poderá ser realizada até a fase de saneamento do processo. Cite-se a ré, no endereço indicado na petição inicial, para, querendo, apresentar contestação no prazo legal, com a advertência do artigo 344 do CPC. Esclareço, por fim, que o prazo para apresentação de contestação se iniciará no dia seguinte à data da juntada aos autos do último expediente cumprido, nos termos do art. 231, I, do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Recife, 15 de fevereiro de 2021. Juiz de Direito

14/02/2021 09:26

Conclusos para decisão

14/02/2021 09:25

Distribuído por sorteio

Audiências

Clique AQUI (<https://www.tjpe.jus.br/audiencias>) para visualizar as audiências digitais gravadas para este processo.